

*Graça Salgueiro

PPL: Um novo partido, fundado por conhecidos terroristas do MR-8, visando a tomada do poder por vias democráticas, para poderem, depois, na contração da democracia, implantar um regime socialista-comunista.



No último dia 4 de outubro o Tribunal Superior Eleitoral deferiu, por unanimidade, o pedido de registro do “Partido Pátria Livre” (PPL), legalização do bando terrorista Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). Chama a atenção o nome adotado pelo novo partido, considerando que existe no Paraguai um de mesmo nome, e cujas origens também remontam ao terrorismo praticado pelo “Ejercito del Pueblo Paraguayo” (EPP). Seus líderes, Juan Arrom e Anuncio Martí, vivem hoje comodamente no Brasil como “refugiados políticos” onde, com ajuda do “chanceler das FARC”, “Rodrigo Granda”, planejaram o seqüestro e assassinato de Cecilia Cubas, filha do ex-presidente daquele país, Raúl Cubas. Tudo planejado em solo brasileiro, impunemente, sendo depois agraciados com o abrigo governamental através do CONARE.

O PPL foi fundado em 21 de abril de 2009, e desde então labutou na coleta de assinaturas necessárias ao seu registro obtendo 1,2 milhão de assinaturas em 22 estados da Federação, tendo como presidente nacional Sérgio Rubens de Araújo Torres.



Bandeira do MR-8: mais um partido para tomar o poder pela via

Tudo foi feito dentro da legalidade, como determina o STE, entretanto, não podemos fazer de conta que isto é um simples “exercício de democracia”, como eles costumam dizer, considerando o passado deste “movimento”. Para quem não conhece o MR-8, de ideologia declara-damente marxista-leninista, vale lembrar um de seus maiores “feitos”: o seqüestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, no dia 4 de setembro de 1969. Deste ato participaram, dentre outros, o atual presidente nacional do PPL, Sérgio Rubens, Franklin Martins e Fernando Gabeira, cuja exigência seria a troca do embaixador por 15 terroristas que se encontravam presos, um dos quais era o intocável José Dirceu do PT.

Ora, sabemos que o objetivo final dos bandos terroristas não é lutar pela democracia, mas a tomada do poder. Seu desejo é destruir a democracia e implantar um regime socialista-comunista, através da tomada do poder utilizando “todas as formas de luta”. Como ficou provado que através da luta armada o desgaste e perdas em vida era muito grande, e aproveitando-se das Leis de Anistia concedidas em todos os países onde elas existiram, optou-se pela tomada do poder utilizando o regime antes por eles condenado - a democracia -, alcançando assim seu objetivo dentro da legalidade. Foi assim que foram legalizados os Mon-toneros e ERP na Argentina, o FMLN em El Salvador, os Tupamaros no Uruguai, os EPP no Paraguai, o M-19 na Colômbia e vários outros bandos terroristas que hoje compõem, legalmente, repito, os incontáveis partidos comunistas existentes no Brasil.

Alguém já disse que, quando não se aprende com os fatos do passado, tende-se a repetir os mesmos erros. A legalização do MR-8 chega, não coincidentemente, quando o governo cria a tal “Comissão da Verdade” e quando pretende num futuro próximo convocar uma Assembléia Nacional Constituinte onde se poderá revogar a atual Lei de Anistia e criar outra, onde os militares serão excluídos da mesma como já ocorre em vários países do continente.

Há quase uma década eu venho advertindo os militares brasileiros sobre isto. Agora são os fatos que estão batendo em suas portas e já não me cabe dizer mais nada.

* É jornalista independente, estudiosa do Foro de São Paulo e do regime castro-comunista e de seus avanços na América Latina, especialmente em Cuba, Venezuela, Argentina e Brasil. É articulista, revisora e tradutora do Mídia Sem Máscara e proprietária do blog Notalatina.